

REGIMENTO ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Gláucia Burioli dos Santos ¹
Ricardo Alexandre Marangoni ²

RESUMO

O Regimento Escolar é o documento orientador que estabelece o funcionamento e organização da escola. Nele, há o detalhamento das funções, organização e normas que direcionam o andamento da instituição e sua relação com a comunidade. Este estudo traz um levantamento da literatura acadêmica que aborda a análise de Regimentos Escolares. Foram levantadas teses e dissertações publicadas na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Tem como objetivo analisar as diferentes pesquisas que apresentam a temática do Regimento Escolar. Para isso, utilizou-se como metodologia a revisão sistemática da literatura. Como resultado, percebeu-se a ausência de publicações sobre o tema, assim como a dicotomia entre as abordagens encontradas. Concluiu-se que se trata de um assunto a ser explorado pelas pesquisas, levando em consideração as diferentes formas de pensar o Regimento.

Palavras-chave: Regimento Escolar; Regimento Interno; Organização Escolar.

SCHOOL REGULATIONS: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE

ABSTRACT

The School Regulations are the guiding document that establishes the functioning and organization of the school. It details the functions, organization and rules that guide the progress of the institution and its relationship with the community. This study presents a survey of academic literature that addresses the analysis of School Regulations. Theses and dissertations published in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations database were collected. It aims to analyze different research that presents the theme of School Regulations. For this, a systematic literature review was used as a methodology. As a result, there was a lack of publications on the topic, as well as the dichotomy between the approaches found. It was concluded that this is a subject to be explored by research, taking into account the different ways of thinking about the Rules.

Keywords: School Regulations; Internal Regulations; School Organization.

REGLAMENTO ESCOLAR: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA

¹Pós-Graduada MBA Gestão Escolar Esalq. Universidade de São Paulo (USP); UNICID - Brasil; Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais; Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0006-5417-8834>. E-mail: gburioli@gmail.com

²Doutor em Educação. Universidade Federal do Paraná, UFPR; Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, Brasil.; Programa de Pós-graduação; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4080-0673>. E-mail: ramarangoni@hotmail.com

RESUMEN

El Reglamento Escolar es el documento rector que establece el funcionamiento y organización del colegio. Detalla las funciones, organización y normas que guían el progreso de la institución y su relación con la comunidad. Este estudio presenta un recorrido por la literatura académica que aborda el análisis del Reglamento Escolar. Se recopilaron tesis y disertaciones publicadas en la base de datos de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones. Su objetivo es analizar las diferentes investigaciones que presentan la temática del Reglamento Escolar. Para ello se utilizó como metodología una revisión sistemática de la literatura. Como resultado, hubo escasez de publicaciones sobre el tema, así como la dicotomía entre los enfoques encontrados. Se concluyó que este es un tema a ser explorado por la investigación, teniendo en cuenta las diferentes formas de pensar sobre las Reglas.

Palabras clave: Reglamento Escolar; Reglamento Interno; Organización Escolar.

Introdução

Este artigo faz parte do processo de pesquisa desenvolvido pela autora no Programa de Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais da Universidade Cidade de São Paulo. Tem como objetivo analisar as diferentes pesquisas que apresentam a temática do Regimento Escolar (RE) disponibilizadas na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca traçar um panorama acerca de como este documento oficial das instituições de educação é colocado e explorado nas pesquisas acadêmicas.

A pergunta norteadora para elaboração deste texto foi: como o Regimento Escolar é retratado nas pesquisas já realizadas e defendidas em diferentes programas de pós-graduação do nosso país?

A pesquisa é relevante ao entender que o RE faz parte de um conjunto de normatizações que direcionam o funcionamento e a organização da instituição escolar. Dessa forma, este texto evidencia quais são os estudos, entre teses e dissertações, que abordam o RE como fonte da pesquisa. Iniciou-se a busca por obras que se relacionavam ao RE e apontavam sua utilização documental como fonte para argumentações principais do texto. Após a verificação da quantidade de obras, partiu-se para um filtro mais específico do tema, incluindo obras que trouxessem em seus títulos as palavras “Regimento Escolar”, “Regimento Interno” e “Norma Regimental”.

Para tanto, pretende-se, com a leitura das pesquisas, descobrir qual é o olhar dos pesquisadores sobre essa documentação escolar, quais conceitos são levantados

sobre ela, ou ainda, quais autores são utilizados pelas pesquisas para a abordagem do tema.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, contextualiza-se o objeto de pesquisa quanto a sua legalidade e referencial teórico. Na segunda, expõe-se a metodologia adotada para a seleção das teses e dissertações utilizadas na análise. Na terceira, discorre-se sobre o levantamento das semelhanças e diferenças das produções no que diz respeito aos conceitos, abordagens e autores que fundamentam as argumentações, análise das fichas catalográficas e temporalidade das pesquisas.

O regimento escolar como objeto de pesquisa

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 já havia a menção ao RE. No capítulo que trata da Educação de Grau Médio, no artigo 43, o texto da lei informa que: “Cada estabelecimento de ensino médio disporá em regimento ou estatutos sobre a sua organização, a constituição dos seus cursos, e o seu regime administrativo, disciplinar e didático” (Brasil, 1961).

A LDBEN de 1996 reforçou a ideia do RE, destacando, no artigo 14, a forma de gestão democrática, com a participação de todos os membros da comunidade escolar. Veiga (1995), Resende (1995) e Paro (2006) discutem a respeito das práticas escolares democráticas e a autonomia reveladas inicialmente pela legislação, e dentro dessa discussão aparecem os temas que se relacionam ao RE, como por exemplo, a relação deste com os ideais de autonomia e democracia na escola, ou o oposto, como reflete uma escola autoritária e centralizadora.

Por se tratar da análise de um documento escolar, segundo as considerações de Shiroma, Campos e Garcia (2005), as pesquisas devem levar em conta dois contextos: o que os documentos dizem e o que não dizem. Assim, é possível a identificação de conceitos e ideologias veiculadas nos discursos. Logo, as palavras nos documentos dizem respeito a um lugar de produção, uma temporalidade e uma determinada linha de pensamento.

Segundo Veiga (1995), com sua publicação contemporânea à LDB 9394/96, a escola deve apresentar com clareza qual é o seu propósito enquanto instituição de ensino e discorrer, por meio dos seus documentos, as ações e procedimentos para

chegar à finalidade almejada. Para a pesquisadora é importante salientar a autonomia escolar. Os membros da comunidade escolar imprimem nas documentações seus ideais políticos e educativos. Como um desdobramento do Projeto Político-Pedagógico (PPP), o RE evidencia a organização escolar, com suas regras e modo de funcionamento. Nele fica estabelecido o papel da família, dos docentes e dos discentes, assim como definida a participação de cada um desses sujeitos diante da dinâmica escolar.

O RE é, sem dúvida, uma forma de poder que determina o modo de funcionamento da escola. Veiga (1995) afirma que existe a necessidade de um poder de decisão da escola enquanto instituição, portanto o regimento a organiza e formaliza. No entanto, segundo a autora, esse poder não deve ser autoritário e baseado na hierarquia. A educadora corrobora com Paro (2006) ao citar que é necessário um mecanismo democrático nas decisões que envolvem o poder na escola, com a representação e participação de pais, alunos, professores e demais funcionários.

Saviani (2024) corrobora a ideia de construção democrática da educação e supõe que o ensino da democracia caminha com as práticas da escola. Desta forma, o documento regimental normatizado da instituição revelará também a intenção democrática. Trata-se, portanto, de “articular o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização” (Saviani, 2024, p 63)

Resende (1995) cita que a construção dos documentos norteadores da educação busca o projeto e idealização da escola. A autora salienta que a escola é concebida como um lugar de controle, pois há um imaginário de que para aprender é preciso controlar as mentes dos sujeitos e determinar seus espaços, e muitas vezes essa visão é refletida nos discursos de seus REs rígidos e controladores.

Para Ribeiro (2021), o regimento escolar pode ser o caminho para a construção de uma escola que conscientize a todos sobre seus direitos e deveres e caminhe para uma perspectiva democrática. No entanto, o autor sinaliza que existe muito desconhecimento a respeito da função do regimento e sua participação na construção de uma escola mais democrática.

Após redemocratização do país, a Constituição de 88 e a LDB de 96, a discussão a respeito das práticas democráticas no interior da escola multiplicaram-se. Paralelamente, houve o avanço neoliberal que invadiu o interior das escolas com discursos gerencialistas e de controle. Neste sentido, o modelo regimental adotado pela unidade escolar está presente em uma disputa paradoxal. Segundo Ribeiro (2021), há que se distinguir a gestão escolar autocrática, que ocorre pela imposição e determinações de regras e a gestão democrática que facilita e engaja a comunidade.

Já em Bastos (2022) há recorte bibliográfico a respeito do regimento escolar e entende o documento como a Constituição da escola sinalizando os caminhos possíveis da instituição. Desta forma, salienta o autor, apenas é possível construir um caminho para a cidadania se o documento norteador da escola dê direcionamento para isto, daí a relevância do Regimento Escolar dentro da instituição.

Esses são alguns pontos que suscitam as discussões mais comuns ao abordar a questão dos REs. Cabe, a partir desse breve panorama teórico, compreender como as produções acadêmicas selecionadas concebem e analisam a temática.

Caminho percorrido

Como caminho percorrido para a realização desta pesquisa, utilizou-se a metodologia de revisão sistemática. Sobre este procedimento, Romanowski e Vosgerau (2014) indicam que:

[...] podem ser aplicados generalizadamente em qualquer revisão sistemática: (1) as definições do conceito investigado apresentado nos estudos; (2) a questão de pesquisa; (3) o método de pesquisa empregado; (4) o país onde o estudo foi realizado; (5) o número e origem dos participantes; (6) os principais resultados da pesquisa (Romanowski; Vosgerau, 2014, p. 179).

O levantamento da literatura acadêmica foi realizado através da base de dados da BDTD. Inicialmente, o filtro se deu pelo assunto Educação e descritor “Regimento Escolar”. Chegou-se ao total de 18 produções. Não se estabeleceu o critério por ano de publicação, uma vez que na primeira busca já se evidenciou uma carência de obras. As produções inicialmente analisadas estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Levantamento de Teses e Dissertações (BDTD)

N.	Título	Autor	PPG	Ano
1	Regimento escolar: a “peça alicerção da casa de ensino” modelar paranaense - Colégio Estadual do Paraná, décadas de 1960-1970	ALVARES, Wilma Fontana de Souza	Dissertação Universidade Federal do Paraná	2020
2	A coordenação pedagógica e a práxis educativa na escola	RUDNICK, Marilda da Silva	Dissertação Universidade Federal de Mato Grosso	2014
3	O silêncio do racismo: dinâmica das relações raciais em uma escola pública de Colíder-MT	SILVA, Almir Rogério da	Dissertação Universidade Federal de Mato Grosso	2018
4	A violência da escola e as práticas cotidianas: a experiência em um colégio estadual no Estado do Paraná	SIMÃO, Sidnei Gledson	Dissertação Universidade Federal do Paraná	2022
5	A democracia nas escolas públicas estaduais do Paraná: gestão democrática ou democratização da escola	CORRÊA, Giselle Christina	Dissertação Universidade Federal do Paraná	2009
6	Da escolaridade tardia à educação necessária: estudo das contradições na EJA em Guarapuava-PR	BERNARDIM, Márcio Luiz	Dissertação Universidade Federal do Paraná	2006
7	As escolas polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965-1976)	RESENDE, Luciana Araujo Valle de	Tese Universidade Federal de Uberlândia	2015
8	A Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Professor Ladário Teixeira: concepção histórica, gênese, vivências e experiências (2005-2015)	BERNARDES, Fernanda Afonso	Tese Universidade Federal de Uberlândia	2022
9	Aprender a fazer e fazer para aprender: configurações do modelo escola-fazenda no ensino profissional agrícola (1967-1986)	LIMA, Aristela Arestides	Tese Universidade Federal de Sergipe	2021
10	Diversidade religiosa no contexto escolar: um estudo de caso sobre as percepções culturais de jovens do Ensino Médio	TOLEDO, Jessica Mustefaga de	Dissertação Universidade Estadual do Centro-Oeste	2017
11	O processo de incorporação das tecnologias em sala de aula em uma escola de Araçuaí/MG	ARAÚJO, Eliabe Rodrigues	Dissertação Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2017
12	Escola é lugar de... educação como prevenção de violência de gênero em São Leopoldo/RS	KOENIG, Gabriela Dávila	Dissertação Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2023

13	O ensino de história nas escolas estaduais de 2º grau em Londrina (1971-1982)	ALMEIDA, Mariana Josefa de Carvalho	Dissertação Universidade Federal do Paraná	1994
14	Modos de fazer das alfabetizadoras do Grupo Escolar Padre Mário Forestan - 1958 a 1974	OLIVEIRA, Geracilda Maria	Dissertação Universidade Federal de Uberlândia	2018
15	A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)	VIANA, Luana Costa	Tese Universidade Federal do Pará	2015
16	“Habilitado” ou “inabilitado”: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947)	SOUZA, Suely Cristina Silva	Tese Universidade Federal de Sergipe	2016
17	Gestão democrática: processos educacionais e as práticas gestoras nas escolas municipais de Icó-Ceará	SOUZA, Aurineide Amaro	Dissertação Universidade Caxias do Sul	2023
18	Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)	ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo	Tese Universidade Federal de Sergipe	2021

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Foi realizada a leitura dos resumos das obras para compreender se estariam de acordo com o critério de inclusão. Como filtro, adotou-se a análise do RE como elemento central. Caso o texto abordasse o regimento como elemento coadjuvante ou associado a uma outra discussão, este era excluído do nosso *corpus* de análise.

Das 18 produções, uma, a de Alvares (2020), foi selecionada para a análise de como o RE é explorado nas pesquisas acadêmicas, pois verificou-se a associação entre a centralidade da pesquisa e o objeto de estudo deste artigo. O foco da pesquisa é evidenciado também pelo seu título, *Regimento escolar: a “peça alicerção da casa de ensino” modelar paranaense - Colégio Estadual do Paraná, décadas de 1960-1970*.

As demais produções elencadas no Quadro 1, embora referenciadas pela base de pesquisa da BDTD como relacionados ao termo “Regimento Escolar”, não centravam sua análise nele, mas sim o utilizavam como material de apoio juntamente com outros documentos para dar suporte às discussões centrais diversas, como violência na escola, ensino de disciplinas como História e Geografia, entre outros. No entanto, nenhuma outra obra desta seleção abordou o RE a partir da análise detalhada do documento, enquanto sua constituição, conceitos e estrutura.

Partiu-se, então, para a verificação do descritor “Regimento Escolar” também nos títulos das produções. Uma vez que a palavra pertence ao título, ela é, geralmente, um elemento fundamental dentro do que será abordado no texto. Novamente, o levantamento não estabeleceu um recorte temporal por considerar que foram poucos os achados relacionados ao tema. Por meio desta busca foram obtidas apenas três produções, sendo elas:

- a) Papel do regimento escolar na organização e funcionamento da escola pública, de WATANABE, Tsutaka. (Tese) – Universidade Estadual de Campinas. 1999;
- b) Conceitos e práticas educativas nos regimentos escolares no Rio Grande do Norte (1910-1930), de RODRIGUES, Marta Bezerra. (Dissertação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012;
- c) Regimento escolar: a “peça alicerção da casa de ensino” modelar paranaense - Colégio Estadual do Paraná, décadas de 1960-1970, de ALVARES, Wilma Fontana de Souza. (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná. 2020.

Continuando a busca por um descritor semelhante, que pudesse ampliar os resultados obtidos, foi utilizada a pesquisa pelo termo sinônimo, encontrado no catálogo do *Tesouro Pergamum*, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), “Regimento Interno”. Ainda com o filtro de busca pelo termo nos títulos das produções, foram localizadas 8 publicações, porém, quando selecionada a área da Educação Básica, apenas uma produção foi evidenciada:

- a) A genealogia dos regimentos internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia, de SANTOS, Raimunda Delfino dos. (Dissertação) – Universidade Federal de Goiás. 2010.

Outro descritor possível relacionado com o tema desta investigação, segundo o vocabulário controlado da base *Tesouro Pergamum*, do Inep, é a palavra-chave “Normas Regimentais”. Quando buscado este descritor na pesquisa por título, obteve-se também apenas uma produção, sendo ela:

- a) Das normas regimentais básicas ao regimento: uma investigação sobre a autonomia escolar, de DELGADO NETO, Júlio. (Dissertação) – Universidade Estadual Paulista de Rio Claro. 2008.

Desta forma, nos detivemos em cinco produções: Watanabe (1999), Rodrigues (2012), Alvares (2020), Santos (2010) e Delgado Neto (2008), que empregam o RE de maneira abrangente, sendo o *corpus* principal para nossa análise e discussão. Assim, utilizou-se dessas produções para configurar um mapeamento sistemático de como o RE foi abordado pelas pesquisas.

Observa-se também, a partir do caminho percorrido, que o tema do RE, como objeto de pesquisa, não é corriqueiro dentro das produções acadêmicas, sendo esse um sinalizador da importância deste trabalho pela oportunidade e originalidade de sistematizar a discussão a respeito do regimento.

Elaborada a pergunta norteadora e realizada a seleção da literatura acadêmica através dos critérios de inclusão e exclusão, de acordo com a aderência à pergunta, o próximo passo desta revisão sistemática foi o entendimento do que está sendo apresentado pelas obras selecionadas, revelando seu referencial teórico, seus conceitos e suas abordagens.

Abordagem das produções

A abordagem do RE na obra de Alvares (2020) gira em torno da análise documental histórica do que o Conselho de Educação do Paraná denominou como a “peça alicerçal” da escola: o Regimento Escolar do ano de 1972. Esse conselho concebia o regimento como um organizador da vida escolar, mas também o reflexo do ideal de educação que se buscava. A autora em questão reflete, ao longo de sua dissertação, como o RE elabora regras, cita direitos e deveres dos estudantes. Para ela, cada direcionamento incluído em forma de normativa tem um posicionamento político e ideológico.

Sobre as normas regimentais encontradas no seu estudo, Alvares (2020) pontua que, embora o regimento estudado por ela obedecesse a um direcionamento estadual, como modelo a ser seguido, a escola deveria encontrar espaço para inserir sua realidade e particularidade.

A autora cita a contraposição dentro da LDBEN de 1996, separando a elite que tinha acesso à educação intelectual, com o ideário de ensino popular e geral voltado para o trabalho. A pesquisa tem o recorte de 1960 e 1970 e aborda, a partir de 1964, o período de ditadura militar vivido no Brasil. Nesta época, segundo a pesquisadora, havia um forte discurso de fortalecimento da educação como meio de chegar a um desenvolvimento.

É citada ainda a Lei Federal n. 5.692 (LDBEN de 1971), que preceitua a obrigatoriedade de elaboração dos regimentos internos escolares e sua aprovação pelo Conselho de Educação. Na pesquisa em questão, além dos REs, a autora conseguiu acesso às devolutivas do Conselho de Educação do Paraná, que aprovava e validava a efetivação desses documentos. Assim, ela conclui que o processo de elaboração do regimento perpassa a formulação de políticas públicas que giram em torno da visão de governo, viés econômico e ideológico.

A definição que traz de Regimento Escolar é:

Regimento Escolar é o documento que retrata, minuciosamente, a organização administrativa, didática e disciplinar, vale dizer, representa o próprio plano técnico educativo da unidade respectiva (Paraná, 1974, p. 246 *apud* Alvares, 2020, p. 139).

Em Rodrigues (2012), a abordagem do RE é feita com o objetivo de apresentar as concepções de infância presentes nos regimentos durante os anos de 1910 e 1930 no Rio Grande do Norte. Nesse período, a autora relata práticas disciplinares voltadas para a infância e a construção de infância sistematizadas por leis e regimentos da época. Oportunamente, utiliza como referência a ideia de discurso como poder e dialoga com Michel Certeau, com a obra *A escrita da História*, de 1982, e ainda cita seis obras do filósofo francês Michel Foucault, entre elas *A ordem do discurso* e *A microfísica do poder*.

A autora esmiúça um capítulo específico para os Regimentos Internos e práticas pedagógicas. Na seção três de sua obra, menciona sobre a fonte documental enquanto resgate histórico; relata, ainda, que o RE está relacionado à produção da cultura escolar, representando um projeto da nova sociedade. Em sua análise, Rodrigues (2012) toma o regimento como um dispositivo de controle e autoridade

sobre os alunos, o que a educadora entende como “um conjunto de estratégias através das quais o poder continua a investir-se na infância e sobre a infância” (Rodrigues, 2012, p. 54).

Rodrigues (2012) menciona as práticas de punição presentes nos REs por ela estudados. Para a autora, os regimentos estão intrinsecamente ligados à prática de disciplinamento e vigilância.

Conforme a pesquisadora, o RE é definido como “um ordenamento regulador da ordem nas novas práticas educacionais”, aduzindo, por fim, que “isso significa compreendê-los na perspectiva de certa lógica de funcionamento” (Rodrigues, 2012, p. 48).

A tese de doutorado de Watanabe (1999), por sua vez, analisa a natureza do trabalho da escola pela perspectiva do RE e faz a crítica de entender-se o documento escolar como um documento burocrático de administração. Como resultado, ao longo da sua pesquisa, o autor relata que os regimentos analisados não foram atualizados periodicamente, mas sim, são documentos reproduzidos ano após ano nas instituições, sem um olhar crítico e reflexivo.

Conforme o seu relato, duas das três escolas analisadas por ele apresentam pouca participação da comunidade na construção dos regimentos. Ele reforça, ainda, ações para tornar o regimento um instrumento real e efetivo com mais autonomia, evidenciando que o Regimento Interno deve ser conquistado e não outorgado. Ou seja, é necessário um processo de debate e construção coletiva, não imposição e autoritarismo (Watanabe, 1999).

Para ele, o RE é um instrumento da organização administrativa didática e disciplinar e expressa as intenções e pressupostos do PPP da escola. Segundo o autor, o regimento também é o responsável por proporcionar condições para a educação de qualidade, além de outros elementos da escola, porém não se deve tomá-lo como elemento separado de tudo que circula dentro do ambiente educacional.

Em suas palavras: “Se o Regimento Escolar é instrumento de organização administrativa, didática e disciplinar da unidade escolar, deve expressar as intenções, os princípios e os pressupostos de seu projeto pedagógico” (Watanabe, 1999, p. 4).

Watanabe (1999, p. 44) prossegue afirmando que: “Na sociedade autoritária, o regimento nada mais é do que instrumento de preservação dos princípios rígidos e centralizadores do poder. Na sociedade democrática, deve expressar os princípios da participação livre e consciente”.

A obra de Delgado Neto (2008) traz uma análise do processo de elaboração dos regimentos de duas escolas estaduais entre os anos de 1980 e 1990 e discute como os princípios da autonomia e democracia são representados por esses documentos oficiais, identificando, prioritariamente, os aspectos que evidenciam o poder de autonomia da escola frente às orientações e normas gerais estabelecidas pela Secretaria de Educação.

Para ele:

O Regimento contém toda a normatização administrativo/pedagógica e da vida escolar da instituição. Falar então de exercício de autonomia ao elaborá-lo é dispor a escola de mecanismos de regulamentação para também exercer esta autonomia nos principais pontos encontrados no Regimento, já que é um documento de valor não só normativo, mas também jurídico, que em determinada lógica deveria ter sido elaborado considerando-se a realidade da escola e o contexto ao qual esta se insere (Delgado Neto, 2008, p. 15).

Delgado Neto (2008) reconstrói o processo de elaboração dos regimentos estudados de 1980 até 1990 relacionando-os com os processos e movimentações políticas e ideológicas da época. Para ele, a influência neoliberal tem transformado as questões educacionais em questões técnicas e retirado a função efetiva dos documentos e orientações escolares, incluindo o regimento.

O conceito de regimento na obra de Delgado Neto aparece da seguinte forma:

Ele (regimento) é um ato administrativo e normativo da unidade escolar, diferentemente da Proposta Pedagógica (definida como uma “carta de intenções”), e do Plano de Gestão (documento no qual a escola operacionaliza sua proposta de trabalho em consonância com as medidas previstas no Regimento). Ou seja, dele derivam as possibilidades de ação dentro de uma escola, tanto em âmbito pedagógico como em âmbito administrativo/jurídico (Delgado Neto, 2008, p. 11).

Em Santos (2010) não foi localizado um conceito formal a respeito do RE, porém o autor nos leva ao entendimento de que o regimento é fruto de uma engrenagem de poder e controle. Conforme ele:

É através desse regulamento que se torna ainda mais visível a atuação do poder disciplinar no CPMG e o fato de essa escola ser uma sociedade disciplinar. Fica evidente, por meio desse regulamento, que os alunos ali matriculados são, o tempo todo, vigiados e controlados (Santos, 2010, p. 29).

Santos (2010) centraliza a discussão sobre o RE com base na teoria do filósofo francês Michel Foucault, utilizando-se de dez obras deste pensador para basear sua análise e argumentação. É uma opção do autor entender o objeto de estudo à luz da teoria foucaultiana. Portanto, suas referências e discussões sobre o documento escolar são direcionadas por esta abordagem, não sendo trazida uma sistematização do que é o RE enquanto parte integrante da organização da escola, mas sim, o sentido que o regimento assume ao relacionar o documento escolar ao que Foucault trazia em suas obras, conforme narra:

O que pretendemos é, a partir da perspectiva foucaultiana, fazer, neste estudo, uma genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiás, com suas 55 páginas direcionadas à disciplina e ao controle dos alunos (ver anexos). Nossa perspectiva genealógica toma, inicialmente, as posturas de Foucault em *Vigiar e Punir* (1987) na tentativa de observar, na dispersão dos discursos, as singularidades específicas do Regimento Interno do CPMG quanto à disciplina e à normalização dos jovens (Santos, 2010, p. 11).

Por essa perspectiva, há, por parte do autor, um trabalho de análise do discurso do texto regimental. Não faz parte da pesquisa, segundo o próprio autor, partir para outras análises possíveis, como a identificação e discussão sobre as origens dos discursos encontrados nos regimentos: o foco é, de fato, dentro do texto produzido, realçar quais enunciados se relacionam ao que trouxe Foucault e destacar essa relação.

Alvares (2020), Rodrigues (2012), Delgado Neto (2008) e Watanabe (1999) apresentam definições claras do RE, embora nenhum deles explore a definição através de um suporte teórico bibliográfico, menção ou referência de alguma obra acadêmica. Eles abordam o regimento no contexto prático do dia a dia da instituição educacional, oferecendo uma definição que é orgânica e percebida na dinâmica

escolar. Contudo, em suas obras, revela-se que a conceituação do RE é orientada para a normatização, tratando-o como um documento legal, especialmente em Delgado Neto (2008), segundo o qual o regimento é considerado um ato administrativo e normativo.

Após esta breve abordagem dos contextos das cinco obras selecionadas como fontes de pesquisa para o tema dos “Regimentos Escolares” — Alvares (2020), Rodrigues (2012), Watanabe (1999), Delgado Neto (2008) e Santos (2010) —, pode-se observar que as pesquisas localizadas possuem um recorte temporal amplo em relação a sua produção. Reforçamos que, devido ao número limitado de teses e dissertações encontradas sobre o respectivo tema, não se encontrou um *corpus* de análise que fosse recente. Além disso, duas pesquisas optam pelo caráter histórico e trazem documentos dos anos 1910 e 1960; as outras, embora utilizem *corpus* contemporâneo aos autores, são pesquisas já distantes temporalmente.

Dessa forma, o Quadro 2 demonstra a análise temporal das pesquisas selecionadas.

Quadro 2 - Dados sobre período de produção e período analisado na pesquisa

Autor	Ano de produção e divulgação da pesquisa (tese/dissertação)	Ano/ Período do Regimento Escolar analisado
Watanabe	1999	1992-1995
Delgado Neto	2008	1980-1990
Rodrigues	2012	1910-1930
Santos	2010	2008
Alvares	2020	1960-1970

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Nota-se, a partir do quadro acima, que o RE mais recente analisado nas pesquisas foi o de Santos (2010), ao tratar do regimento de um Colégio Militar de Goiás, do ano de 2008. As demais obras selecionadas ressaltam análises de regimentos elaborados há mais de vinte anos, como o caso de Watanabe (1999), trazendo produções de regimentos de 1992 até 1995, ou Delgado Neto (2008), analisando regimentos produzidos de 1980 até 1990.

Há, ainda, as produções declaradamente históricas, como a de Rodrigues (2012), que faz a pesquisa dos regimentos produzidos de 1910 até 1930, e a de

Alvares (2020), que embora exponha a pesquisa mais recente, opta pela linha histórica trazendo regimentos produzidos nos anos de 1960 até 1970.

Sobre a dificuldade de encontrar literatura que aborde o tema dos REs, Watanabe (1999) já mencionava, na época de sua pesquisa, a escassez de trabalhos, ao relatar sobre seu processo de busca por referências bibliográficas: “Para o estudo do problema, foi feito um levantamento bibliográfico, com a correspondente análise e avaliação sobre a produção teórica existente, constatando-se que há poucos trabalhos sobre o assunto” (Watanabe, 1999, p. 7).

Corroborando com Watanabe (1999), e atualizando temporalmente o trabalho de levantamento bibliográfico, Alvares (2020) cita sua percepção acerca da ausência de produção sobre REs nos tempos atuais:

Mas, e quanto à pesquisa sobre regimentos escolares? (...) a investigação sobre esses documentos regulatórios internos ainda é algo a ser desenvolvido. Da mesma forma, sobre direitos e deveres no regimento escolar, ressaltamos a dificuldade em encontrar literatura ou referenciais que tratassem do tema no período analisado, pois não localizamos pesquisas com essas características (Alvares, 2020, p. 35).

As fichas catalográficas das produções referentes às pesquisas encontradas também podem dar um indício das abordagens percorridas pelas obras. A respeito das palavras utilizadas na ficha catalográfica das pesquisas selecionadas, observamos o seguinte quadro:

Quadro 3 - Dados sobre a ficha catalográfica

Autor	Palavras-chave utilizadas na ficha catalográfica
Watanabe	Escolas - Regimento; Planejamento Educacional; Autonomia; Democratização da escola; Escolas - Organização e Administração.
Delgado Neto	Escolas - Organização e Administração; Escolas estaduais; Ensino- Legislação.
Rodrigues	Educação Infantil - Rio Grande do Norte - Dissertação; Regimentos Escolares - Rio Grande do Norte - Dissertação; Legislação Educacional - Rio Grande do Norte - Dissertação; Infância - Dissertação; História da Educação - Rio Grande do Norte - Dissertação.
Santos	Poder; Saber; Disciplina; Biopoder.
Alvares	Educação e Estado; Educação - Paraná - História; Escolar - Organização e administração - Paraná 1960-1970;

	Escolas públicas Curitiba PR; Educação - Legislação - Paraná.
--	---------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Avalia-se que os descritores utilizados nas fichas catalográficas são os meios para compreensão dos desdobramentos da pesquisa. Observa-se que o grande marco comum das fichas catalográficas apresentadas nas obras é relacionar o RE à legislação educacional, vinculando-o à administração e organização da escola.

Há também a perspectiva de relacionar o tema RE com as palavras poder e disciplina, como acontece em Santos (2010), ou ainda, relacionar o tema às palavras-chave democracia e autonomia, como ocorre em Watanabe (1999), levando a entender que o cunho de discussão política a respeito do tema dos regimentos é bastante presente e dicotômico.

O contraste entre poder, disciplina e democracia, conforme retratado nos REs, é ecoado nos trabalhos investigados. Santos (2010) adota uma perspectiva foucaultiana, interpretando o RE como um instrumento de poder da instituição educacional sobre os estudantes, atuando como uma força disciplinadora.

Ao mencionar a construção do RE, Santos (2010) salienta que ele é resultado de toda composição e argumentação que envolve as decisões da escola e do seu mecanismo de organização e gestão. Senão, vejamos:

O poder da norma está em toda parte, aliado a um poder discreto, porém eficiente: o poder disciplinar, que, por meio da norma, regulamenta, normatiza, normaliza e padroniza os sujeitos a fim de torná-los úteis, produtivos e obedientes, eficientes soldados do capitalismo, cujas ações são o tempo todo medidas, vigiadas, controladas e padronizadas. Assim como em toda sociedade disciplinar, temos nas escolas o poder da norma e da disciplina. Como nosso objeto de estudo são os regulamentos disciplinares do Colégio da Polícia Militar de Goiás, nossa análise, bem como nosso olhar, volta-se a esses regulamentos para verificar o processo de disciplinarização (Santos, 2010, p. 19).

Já o termo democracia aparece em Watanabe (1999) relacionado ao RE ao citar que a relação de produção dos regimentos está invertida, priorizando-se o sentido técnico e deixando o sentido pedagógico por último. Assim, segundo ele, a construção do regimento é entendida como algo burocrático e administrativo, sendo

que deveria ser tomada como objeto de ação educativa e participação coletiva, exercitando o que chama de “relações humanas cooperativas e solidárias” (Watanabe 1999, p. 582). Nesse ponto, cabe destaque para a seguinte observação do autor: “Registro ainda o enorme vácuo que há entre o que é produzido — em termos de como deve ser elaborado o Regimento Escolar, em termos da função do Regimento Escolar como instrumento ‘servidor’ do Projeto Pedagógico, portanto, posterior ao Projeto Pedagógico” (Watanabe, 1999, p. 590).

Destarte, a análise da ficha catalográfica das obras de Santos (2010) e Watanabe (1999) revela que o RE pode ser percebido tanto sob uma ótica rígida de normas, organização e controle autoritário da instituição educacional, conforme descrito pelo primeiro, quanto sob a visão do segundo, que enxerga o regimento como um elemento fundamental do processo pedagógico, enfatizando sua natureza escolar e seu papel em contribuir para as funções e objetivos da escola.

Revelar a discrepância entre as palavras que se relacionam com o RE é também entender que o documento é fonte de disputas ideológicas e de posicionamento político de diferentes perspectivas. Por se tratar de análise documental, conforme Shiroma, Campos e Garcia (2005), é importante ressaltar que, no regimento, é possível a identificação de conceitos que direcionam o olhar para o tipo de discurso ao qual está vinculado. Cada palavra presente na documentação importa, pois dá pista da linha de pensamento que está sendo representada: no caso de Santos (2010), um olhar para o RE como mecanismo de controle e, no caso de Watanabe (1999), um olhar para o regimento como meio de garantir a autonomia e democracia na escola.

Na ficha catalográfica de Rodrigues (2012), o RE é descrito não apenas em seu aspecto organizacional e normativo, mas também sob uma perspectiva pedagógica, evidenciada pela análise dos termos “educação infantil” e “infância”. As palavras selecionadas refletem as intenções educativas do RE, alinhando-se com as práticas escolares e suas noções sobre educação e infância. As atividades infantis documentadas revelam características e pensamentos da época. Segundo ele:

Desse modo, vê-se que tais regimentos, dentro das escolas primárias, foram postos em funcionamento no intuito de ordenar

e regular as massas populacionais, permitindo a produção dos saberes sobre os indivíduos, classificação, diferenciação e disciplinarização deles. Desse modo, é importante ficar atento às práticas escolares na Educação Infantil, questionando a respeito de como elas funcionam e formam sujeitos de uma determinada época (Rodrigues, 2012, p. 75).

Para Alvares (2020), há uma relação entre o regimento e a prática pedagógica diária. Conforme menciona, mesmo em documentos antigos e de cunho histórico é possível revelar as orientações educacionais de uma época: “[...] o regimento escolar, para o Conselho de Educação paranaense, se constituía como um documento que refletia o cotidiano escolar e as normas internas, mas que também possibilita a efetivação dos ideais educacionais” (Alvares, 2020, p. 17).

Observa-se a categorização das pesquisas apresentadas aqui em três diferentes dimensões de análise:

Quadro 4 - Esferas de abordagem do Regimento Escolar

Análise Histórica	Análise Política	Análise Filosófica/ do Discurso
Alvares (2020)	Delgado Neto (2008)	Santos (2010)
Rodrigues (2012)	Watanabe (1999)	

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Os olhares para o RE são variados, a depender da proposta de cada pesquisa, no entanto, consegue-se estabelecer um eixo comum das discussões a partir do momento em que se aproxima as esferas de abordagem de cada pesquisa, relacionando o tipo de abordagem com os argumentos utilizados e com os autores referenciados.

Procedeu-se à análise dos autores referenciais que emergiram recorrentemente entre as obras estudadas, permitindo assim entender as influências e orientações das pesquisas a partir de seus fundamentos teóricos. Ademais, reconhece-se que cada abordagem guia a investigação para um determinado tipo de análise.

Por exemplo, nas obras que tratam da análise histórica dos REs, como as de Alvares (2020) e Rodrigues (2012), identifica-se uma base comum de autores que sustentam a pesquisa documental histórica. Entre eles estão Dominique Julia,



Jacques Le Goff, Luciano Mendes de Faria Filho e Marta Maria Chagas de Carvalho. As pesquisas de Alvares (2020) e Rodrigues (2012) fundamentam-se nas seguintes obras acadêmicas dos autores mencionados:

Quadro 5 - Autores referenciais da análise histórica do Regimento Escolar

Alvares (2020)	Rodrigues (2012)
JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo: Autores Associados/SBHE, n. 1, p. 9-43, 2001.	JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo: Autores Associados/SBHE, n. 1, p. 9-43, 2001.
LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003.	LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão. 3ª ed. Campinas: UNICAMP, 1994.
FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. <i>In: _____</i> ; DUARTE, Regina Horta. Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125. FARIA FILHO, Luciano Mendes. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. <i>In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.).</i> Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007, p. 103-211.	FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura e prática escolares: escrita, aluno e corporeidade: Cadernos de Pesquisa. n. 103, p. 136-149, 1998.
CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 87-104, 2005. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e o tratado: modelos pedagógicos, manuais de pedagogia e práticas de leitura de professores. <i>In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 4, 2006, Goiânia. Anais eletrônicos. Goiânia: SBHE, 2006.</i>	CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história é a disciplina e a higienização das pessoas. <i>In: FREITAS, Marcos Cezar de Freitas (org.).</i> História Social da Infância no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. História Social da Educação no Brasil (1926-1996). São Paulo: Cortez, 2009.	FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História Social da Infância. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 1982.	CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Com relação à vertente de análise política do RE, evidenciam-se Watanabe (1999) e Delgado Neto (2008). Esses autores também partilham de referências em comum, sendo elas:

Quadro 6 - Autores referenciais da análise política do Regimento Escolar

Delgado Neto (2008)	Watanabe (1999)
<p>BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. <i>In:</i> J. Barroso (org.). O estudo da escola. Porto: Porto Editora, 1996.</p> <p>BARROSO, João. A autonomia das escolas: uma ficção necessária. <i>In:</i> Revista Portuguesa de Educação. Braga, Portugal: ano/vol. 17, n. 2, Universidade do Minho, 2004.</p>	<p>BARROSO, João. Inovação e projeto educativo de escola. <i>In:</i> Canário, Rui (org.). Inovação e projeto educativo de escola. Lisboa: Educa, 1992, p. 17-55.</p>
<p>AZANHA, José Mário Pires. A autonomia da Escola, um Reexame. <i>In:</i> A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública. São Paulo: FDE, Série Ideias, n. 16, 1995.</p>	<p>AZANHA, José Mário Pires. Educação, alguns escritos. São Paulo: Nacional, 1982.</p> <p>AZANHA, José Mário Pires. Parecer CEE (SP). Legislação de ensino de 1º e 2º graus, Estadual. n. 32, p. 342-355, 1991.</p> <p>AZANHA, José Mário Pires. Uma ideia de pesquisa educacional. São Paulo: EDUSP, 1992.</p> <p>AZANHA, José Mário Pires. Autonomia da escola: um reexame. Ideias, n. 16, p. 37-46, 1993.</p>
<p>CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 1991.</p>	<p>CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 1991.</p>
<p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). Autonomia da Escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez Editora, 2001.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório. São Paulo, Cortez, 200.</p>	<p>GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã. São Paulo, Cortez, Autores associados, 1992.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Organização do trabalho na escola e autonomia. Revista Brasileira de Administração na Educação. v. 9, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 1993.</p>
<p>PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1986.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ática, 1997.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. <i>In:</i> Romualdo Portela de Oliveira; Theresa Adrião. (org.). Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Por dentro da Escola Pública. São Paulo: Xamã, 1996.</p>	<p>PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão escolar democrática. Cadernos de Pesquisa. n. 60, p. 51-53, fev. 1987.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Situação e perspectiva da administração da educação brasileira: Uma contribuição. Revista Brasileira de Administração da Educação. v. 9, n. 1, p. 9-36, jan./jun. 1993.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 5 ed. São Paulo: Cortez, autores associados, 1991.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamã, 1995.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Na obra de Santos (2010), a figura de Michel Foucault destaca-se como a principal referência, apresentando uma vasta seleção de escritos do pensador francês. De maneira similar, Rodrigues (2012) também recorre frequentemente a Foucault, e embora sua pesquisa siga uma trajetória histórica, ele conecta o tema à teoria foucaultiana. O quadro abaixo elenca as obras utilizadas por ambos:

Quadro 7 - Referência de Michel Foucault utilizadas

Santos (2010)	Rodrigues (2012)
<p>FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.</p> <p>FOUCAULT, Michel. A Hermenêutica do Sujeito. Tradução: Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Tradução: L. F. A. Sampaio. 13ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.</p> <p>FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução: Roberto Machado e Eduardo Jardim Morais, 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.</p> <p>FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.</p> <p>FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.</p>	<p>FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.</p> <p>FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal; 1999.</p> <p>FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Bata Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.</p> <p>FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: Nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Evidencia-se, assim, que, apesar do foco de análise de cada trabalho, há autores que transitam por obras de diferentes vertentes. O quadro abaixo destaca os autores referenciais que aparecem em pelo menos três pesquisas analisadas.

Quadro 8 - Referências que aparecem em pelo menos três obras

Alvares (2020)	Rodrigues (2012)	Watanabe (1999)
Cury, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	Cury, Carlos Roberto Jamil. A educação infantil como direito. 1999. Disponível em: http://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewArticle/30899 Acesso em: 22 de maio de 2009.	Cury, Carlos Roberto Jamil. O compromisso do profissional da educação com a escola e com a comunidade. Revista Brasileira de Administração da Educação, v 3, n. 1, p. 44-50 jan./jun. 1985.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Outro autor em destaque nas obras de Alvares (2020) e Watanabe (1999) é Dermeval Saviani, utilizando-se das seguintes referências:

Quadro 9 - Referências sobre Dermeval Saviani

Alvares (2020)	Watanabe (1999)
<p>SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. Projeto “20 anos do HISTEDBR”. Campinas: Unicamp, 2005.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. Histórias e memórias da educação no Brasil. V. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p>	<p>SAVIANI, Dermeval. O ensino básico e o processo de democratização da sociedade brasileira. Revista ANDE, n. 7, p. 9-13, 1984.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. O ensino público e algumas falas sobre a universidade. São Paulo, Cortez, 1984.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Delgado Neto (2008) e Rodrigues (2012) também têm autores em comum:

Quadro 10 - Referências comuns em Delgado Neto (2008) e Rodrigues (2012)

Delgado Neto (2008)	Rodrigues (2012)
AQUINO, Júlio Groppa. Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.	AQUINO, Júlio Groppa. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, J. G. (org.) Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.



ELIAS, Norbert. Envolvimento e Alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. Sobre o Tempo. Tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Percebe-se que, para além dos demais autores específicos de cada pesquisa, há uma configuração comum que relaciona as obras. Os trabalhos de Alvares (2020) e Rodrigues (2012), ambos de cunho histórico, aproximam-se ao utilizarem autores em comum: Michel de Certeau, Jacques Le Goff, Marta Maria Chagas de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho e Dominique Julia.

Delgado Neto (2008) e Watanabe (1999) também dialogam com autores que contribuem com as análises e abordam elementos comuns para discussão, como democracia e autonomia escolar. Os autores comumente utilizados pelos pesquisadores foram: José Mário Pires Azanha, Vitor Henrique Paro, João Barroso e Moacir Gadotti.

Santos (2010) recorre extensivamente a Foucault em suas análises e estabelece um diálogo com a abordagem de Rodrigues (2012), interpretando o RE como um documento disciplinador. Ambos também compartilham a referência comum de Roberto Machado em suas produções.

Conclusão

As pesquisas analisadas trazem uma conceituação de RE voltada para a organização e normatização da estrutura administrativa. Foi possível identificar uma dicotomia nas abordagens que se referem ao RE: de um lado como mecanismo de controle e, de outro, como fonte de debate, autonomia e instrumento de democracia escolar. Essa diferença na perspectiva de como se entende o documento é também o que conduz as pesquisas, ora entendendo o regimento como documento burocrático e normativo, ora compreendendo sua função de representação e participação no interior da escola.

O paradigma do entendimento do RE é reflexo da dualidade vivida na escola. A busca por uma gestão democrática que ainda é envolta de comportamentos autoritários e, como diz Ribeiro (2021).

Evidenciou-se que o tema “Regimento Escolar” é pouco abordado nas pesquisas acadêmicas, o que se demonstrou pela dificuldade de localizar teses e dissertações mais recentes. Portanto, trata-se de um assunto que precisa de maior discussão.

Em suma, percebe-se que o RE é um documento permeado por disputas ideológicas e posicionamentos políticos; ele reflete as escolhas e direções tomadas pela instituição de ensino, influenciando a trajetória de todos os envolvidos na comunidade escolar. Desta forma, torna-se essencial compreender as diversas abordagens para que o regimento possa ser estruturado de maneira a expressar verdadeiramente os desejos da comunidade.

Este estudo representa o início de uma análise sobre o panorama do RE. Aprender como se deu a configuração das obras que o abordaram até o momento é construir um mapeamento dos interesses de discussão a respeito do documento e compreender a dinâmica dos levantamentos e argumentações dos autores e eixos de análises possíveis.

Espera-se que esta revisão sistemática possa contribuir para o entendimento de como o RE foi trabalhado nas diferentes pesquisas de pós-graduação encontradas. Longe de encerrar a discussão sobre o tema, as evidências demonstram que ainda há muito a ser estudado e compreendido acerca desta documentação escolar.

Referências

ALVARES, Wilma Fontana de Souza. **Regimento escolar**: a “peça alicerção da casa de ensino” modelar paranaense - Colégio Estadual do Paraná, décadas de 1960-1970. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BRASIL. **Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1961. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 11429, 27/12/1961.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BASTOS, Manoel de Jesus. **A relevância do regimento escolar em uma instituição de ensino.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciência e Educação - REASE, São Paulo, v. 8, n. 12, p 666-674, dez 2022. Disponível em <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8060/3175>

DELGADO NETO, Júlio. **Das normas regimentais básicas ao regimento:** uma investigação sobre a autonomia escolar. 2008. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2006.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. Paradigma - Relações de Poder - Projeto Político Pedagógico: Dimensões indissociáveis do fazer educativo. *In:* VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção.** Campinas: Papirus, 1995.

RIBEIRO, Fernando da Costa. **Gestão Democrática e Regimento Escolar: Uma conexão necessária.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciência e Educação - REASE, São Paulo, v. 7, n. 7, p 1169 a 1187, jun 2021. Disponível em <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1765/737>

RODRIGUES, Marta Bezerra. **Conceitos e práticas educativas nos regimentos escolares no Rio Grande do Norte (1910-1930).** 2012. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. A genealogia dos regimentos internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia. 2010. 133f. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Projeto “20 anos do HISTEDBR”.** Campinas: Unicamp, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. **Escola e Democracia.** 45 ed. Campinas: Autores Associados, 2024.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima.; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**, v. 23 p. 427-446, São Carlos, SP, 2005.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In:* Veiga, Ilma Passos da (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1995.

WATANABE, Tsutaka. **Papel do regimento escolar na organização e funcionamento da escola pública.** 1999. 654f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

Recebido em: 10.02.2025

Aprovado em: 10.04.2025